



# Relações Brasil-União Europeia e a Crise na Zona do Euro: de descobridores a parceiros estratégicos

Daniela Vieira Secches<sup>1</sup> •

**Resumo:**

*Como maior parceiro comercial e maior investidor no mercado brasileiro, a União Europeia, que hoje luta para superar a crise na zona do Euro, é uma variável central para o Brasil. A partir de um histórico das negociações entre os dois atores, buscar-se-á compreender potenciais efeitos dessa conjuntura sobre a economia brasileira e as negociações do país com a Europa.*

**Palavras-chave:** União Europeia; Brasil; Crise na Zona do Euro

**Abstract:**

*As Brazil's most important trade partner and investor, the European Union and its present day struggle with the eurocrisis, is a central variable for Brazil. Using a historical background of the negotiations between these two actors, we attempt to comprehend the potential effects of this scenario on the Brazilian economy and Brazil's discussions with Europe.*

**Key words:** European Union; Brazil; Eurozone Crisis

**B**rasil compartilha diversas matrizes com o velho continente. De sua língua-mãe à composição étnico-sociológica, percebem-se influências não somente dos portugueses, como ainda dos diversos grupos nacionais que imigraram para o país desde o século XVI. Como em qualquer relação iniciada no contexto mercantilista do exclusivo colonial, o intercâmbio mercantil pautou, há mais de cinco séculos, as relações estabelecidas entre Brasil e Europa.

A União Europeia (UE), como bloco econômico, é o maior investidor e o maior parceiro comercial do Brasil. Por conseguinte, a severa crise que afeta o projeto integrador europeu e sua zona do euro impactaram sobre este relacionamento centenário com a queda das exportações brasileiras e dos investimentos diretos europeus no Brasil (EUROSTAT, 2012). Um breve histórico e um debate sobre os desafios atuais, sob o marco da União, permitem algumas considerações acerca da influência da conjuntura europeia nas relações Brasil-UE.

## Relações Brasil-União

### Europeia

A criação das Comunidades Europeias (CE)<sup>1</sup> na década de 1950, pautada por um regi-

onalismo fechado, favoreceu um distanciamento do bloco no que tange a uma busca concreta de alianças e parcerias internacionais. Até meados de 1980, o fechamento dos blocos era uma marca comum da integração regional. Preocupados em se fortalecer internamente, os arranjos optavam por modelos onde se incentivava o livre-comércio entre seus membros e mantinha-se uma postura de pouca liberalização entre o bloco e o resto do mundo. Ademais, as Comunidades Europeias passaram por uma severa crise interna no período,<sup>2</sup> o que favoreceu o olhar *inward* (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

Do lado brasileiro, após um período de seguidas aproximações e distensões com os Estados Unidos da América (EUA) entre 1889 e 1950, adota-se uma linha política mais pragmática (CERVO e BUENO, 2008). Na busca de

---

Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), Comunidade Econômica Europeia (CEE) e Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM). As três instituições fundiram-se parcialmente em 1967, com a entrada em vigor do Tratado de Bruxelas, e passaram oficialmente a ser chamadas de CE até a criação da União Europeia (UE), em 1992. A partir de então, com estrutura formada em três pilares, o termo Comunidade Europeia passou a ser aplicado ao pilar de assuntos do bloco que são regulados de forma supranacional, como a cidadania europeia e as políticas comuns. Com o Tratado de Lisboa, vigente desde dezembro de 2009, a estrutura em pilares foi extinta, mas o termo segue aplicável para as questões supranacionais (EUROPEAN COMMISSION, 2007).

<sup>2</sup> O período de crise ficou conhecido como Euroceticismo, deflagrado pela Crise do Assento Vazio, em 1965. A retomada de um aprofundamento mais contundente da integração somente volta a ocorrer em 1986, com o Ato Único Europeu (MCALLISTER, 1997).

---

<sup>1</sup> Por Comunidades Europeias (CE) compreende-se o conjunto das três instituições criadas na década de 1950:

autonomia, as negociações comerciais brasileiras na Europa passaram, ainda, a se direcionar aos países do Leste Europeu, retomando, inclusive, relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1961 (VIZENTINI, 1999).

Nas décadas seguintes, observou-se um aprofundamento da cooperação política, mas com uma liberalização comercial mais lenta. Apesar do regionalismo fechado prejudicar grandes aproximações, as CE enviam, em 1958, memorandos de intenções a praticamente todos os governos da América Latina. Na década de 1960, o Brasil torna-se um dos primeiros Estados do mundo a trocar missões diplomáticas permanentes com o bloco (SARAIVA, 2007). Outras iniciativas de aproximação política foram o Grupo Latino Americano de Bruxelas (GRULA),<sup>3</sup> o Diálogo Interpalestino,<sup>4</sup> Diálogo de San José,<sup>5</sup> e a Declaração de Roma.<sup>6</sup>

A aproximação política entre Brasil e CE de 1960 a 1980 não significou a consolidação da liberalização das trocas comerciais. A Europa estava mais preocupada em fortalecer internamente sua economia, compreendendo a América Latina como um território hegemônico dos EUA, e conferia maior protagonismo a suas ex-

colônias (MEDEIROS e LEITÃO, 2009). Em 1963, o Acordo de Yaoundé criou facilidades comerciais entre as ex-colônias europeias na África, no Caribe e no Pacífico (ACP), porém essas prerrogativas não foram estendidas para as Américas, pois Portugal e Espanha não faziam parte do bloco.

Uma década mais tarde, um tratado comercial bilateral foi firmado com o Brasil. Parte do grupo de acordos de primeira geração, o texto concedia poucas preferências comerciais.<sup>7</sup> Por outro lado, o Acordo de Lomé, em 1975, favoreceu ainda mais os países ACP. Ademais, Lomé e documentos seguintes<sup>8</sup> seguem não mencionando os países americanos, dificultando as relações comerciais entre Brasil e Europa diante de uma competição desleal frente aos ACP, com uma matriz exportadora parecida. Outro ponto desfavorável residia na defesa da Política Agrícola Comum (PAC) europeia, uma das bases mais fortes e polêmicas da integração (HOFFMAN, 2007).

Na década de 1980, a grave crise que assolou a economia brasileira complicou as relações brasileiras, ao lado de uma Europa também em fase de questionamento do seu modelo de *Welfa-*

<sup>3</sup> Diálogos coletivos entre os embaixadores latino-americanos lotados em Bruxelas e funcionários da Comissão Europeia.

<sup>4</sup> Diálogos fundados em 1974 entre representantes do Parlamento Europeu e do Parlamento Latino Americano.

<sup>5</sup> Diálogos entre as Comunidades Europeias e o Grupo de Contadora.

<sup>6</sup> Documento que institucionalizou os diálogos entre as Comunidades Europeias e o Grupo do Rio, em 1990.

<sup>7</sup> Na mesma década, foram firmados acordos de 1ª geração entre CE e Argentina (1971), Uruguai (1973) e México (1975). Em 1980, celebrou-se com o Brasil um acordo de 2ª geração, incluindo instrumentos de cooperação econômica relativamente mais abrangentes, e também foram firmados com o Pacto Andino (1983) e com o Mercado Comum Centro Americano (1986).

<sup>8</sup> Os acordos de Lomé e de Yaoundé foram atualizados pelos Tratados de Lomé II (1979), Lomé III (1985), Lomé IVa (1989), Lomé IVb (1995) e Cotonou (2000).

*re State*. A declaração da moratória pelo governo brasileiro em 1987 gerou grande desconfiança na maioria dos credores, que era proveniente da Europa. A entrada de Espanha e Portugal no bloco, em 1986, não estendeu as vantagens dos ACP aos países latino-americanos. Ainda, a desintegração da URSS fez com que o bloco passasse a dar uma atenção diferenciada aos Estados do Leste Europeu (MEDEIROS e LEITÃO, 2009).

Com a redemocratização brasileira em meados dos anos de 1980 e uma renovação do ambiente político-institucional mundial, o Brasil tornou-se mais atraente aos investimentos europeus. A opção do novo regime pelo modelo liberal, via abertura comercial e privatizações, estimulou a entrada de capital estrangeiro, como os aportes espanhóis para a telefonia. Por outro lado, a tardia convergência da diplomacia brasileira com regimes internacionais estabelecidos no tempo da ditadura renovou a aproximação política entre o Brasil e os Estados das Comunidades Europeias (CERVO e BUENO, 2008).

Ao longo dos anos 1990, o Brasil não foi capaz de demonstrar um ritmo uniforme de estruturação de suas preferências no cenário internacional. Após uma maior aproximação com os Estados Unidos durante o governo Collor de Melo, Itamar Franco não se pautou por polaridades definidas. No período de governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a ideia de uma soberania compartilhada aproximou o Brasil do parceiro europeu, uma opção instrumental

vista como capaz de fortalecer o país frente aos EUA e maximizar seus ganhos no jogo multilateral. Já a defesa petista do país como *global trader* e como *global player* instiga uma aproximação mais crítica com o velho continente, transformando esse movimento não só em instrumento, como em objetivo de uma autonomia pautada na diversificação (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

No âmbito da integração regional, em uma onda de regionalismo aberto, dois importantes atores influenciaram os rumos das relações Brasil-Europa. Em 1992, com o Tratado de Maastricht, foi fundada a UE, um mercado comum com vistas a uma união monetária. Já no continente americano, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) entrava em vigor com o Tratado de Assunção, em 1991. Um mercado comum pressupõe a construção de uma união aduaneira com ampla liberdade de circulação. Isso significa que, em tese, após a criação do bloco, as relações econômicas entre Brasil e Europa deveriam pautar-se, necessariamente, pelas negociações MERCOSUL-UE (VELASCO, 2007). No entanto, na prática, observa-se uma tendência dos membros para negociarem acordos bilaterais fora do MERCOSUL, minando severamente seu potencial de desenvolvimento, ainda estacionado em uma união aduaneira imperfeita.

Nas duas últimas décadas foram feitas tentativas de se consolidar um diálogo econômico mais forte em torno da liberalização comercial

entre Brasil e UE. Por um lado, a chancelaria brasileira não deixou de movimentar iniciativas de aproximação bilateral fora do MERCOSUL. Por outro, dada a preferência da Europa por negociações inter-regionais, faz-se crescente o protagonismo do Cone Sul como interlocutor brasileiro nesse processo.

Em 1992, firmou-se o III Acordo-Quadro de Cooperação CE-Brasil, um tratado de terceira geração. Além de envolver preferências comerciais e instrumentos de cooperação econômica (primeira e segunda gerações), previa também uma cláusula democrática, sinalizando cooperação política; uma cláusula evolutiva, que permitia o aprofundamento da cooperação sem a necessidade de novos acordos futuros; e uma cooperação avançada, com métodos tradicionais de estímulo ao desenvolvimento e negociações econômicas e comerciais (DIZ e LUQUINI, 2011).<sup>9</sup> De amplitude mais específica, doze anos mais tarde também foi firmado entre as partes o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica.

As relações Brasil-UE aprofundaram-se consideravelmente no ano de 2007, com a concessão ao Brasil do título de parceiro estratégico. Nesse momento, foi estimulada a discussão sobre energia, transportes, desenvolvimento regional,

integração regional, multilateralismo, direitos humanos, pobreza e desigualdades, questões ambientais, ciência e tecnologia, e a estabilidade e prosperidade na América Latina (GREVI, 2012).<sup>10</sup> Além do Programa Erasmus Mundus, do diálogo cultural e de mesas redondas entre empresas, a principal ação da parceria estratégica tem sido a realização das cúpulas. Entre 2007 e 2013, seis Cúpulas Brasil-União Europeia de alto nível foram realizadas, coordenando posições dos atores em fóruns internacionais como a Conferência das Partes XVI, em Copenhague, iniciativas no campo energético, reações à crise econômica mundial, dentre outros.

A parceria estratégica vem de encontro com uma inclinação constante e cada vez mais consolidada da política externa brasileira em torno do posicionamento do Brasil como um *global player*. Os temas discutidos nas Cúpulas tendem a indicar que a União Europeia reconhece o Brasil como importante interlocutor na América Latina e em fóruns como o G-20. Já as negociações para liberalização econômica, hoje centradas no MERCOSUL, não indicam um consenso de fato.

A aproximação entre a Comissão Europeia e o MERCOSUL foi quase imediata, com o Acordo de Cooperação Interinstitucional (1992) e o Acordo Marco Inter-regional de Cooperação (1999). As expectativas para a liberalização co-

<sup>9</sup> O III Acordo-Quadro de Cooperação Comunidades Europeias-Brasil prevê instrumentos sobre economia, comércio, indústria, investimento, ciência e tecnologia, normas, energia, telecomunicações, técnicas espaciais, narcotráfico, integração regional, informação, cultura e administração pública. Eles têm sido colocados em prática por meio de programas como o Al-Invest, o *Business Cooperation Network* (BC-NET), o *European Community Investment Partners* (ECIP), e o ALFA.

<sup>10</sup> Outros parceiros estratégicos da União são Canadá, China, Índia, Japão, México, Rússia e África do Sul.

mercial, por seu turno, voltaram-se para a formulação de um acordo de quarta geração, que previsse a criação de uma área de livre-comércio (ALC). Com os trabalhos dificultados pela crise do MERCOSUL no final da década de 1990,<sup>11</sup> o Comitê Birregional de Negociações realiza, entre 1999 e 2003, dez rodadas de debates a fim de estruturar o novo texto, sem muitos avanços.

Atualmente, o rascunho envolve três eixos. O debate sobre o diálogo político encontra-se praticamente finalizado. O segundo pilar envolve a promoção da integração e da cooperação entre os blocos. Já as relações comerciais demandam liberalização progressiva e recíproca dos intercâmbios de bens e de serviços, fluxos de investimento mútuos, compras públicas, propriedade intelectual, concorrência, solução de controvérsias comerciais, questões sanitárias, fitossanitárias e aduaneiras, comércio eletrônico e harmonização de normas comerciais (DIZ e LUQUINI, 2011).

No entanto, as propostas das partes, atualmente na fase de negociação das listas de produtos e tarifações, são discrepantes. A proposta da UE envolve cobertura mínima de 90% dos bens, divididos em cinco categorias; alinhamento imediato em zero para informática, farmacêuticos e setor químico; reciprocidade para têxteis, vestuário e calçados; e quotas tarifárias para car-

nes bovina, suína, ovina, milho e etanol. Por seu turno, o MERCOSUL oferece cobertura de 90% dos bens, em sete categorias, e algumas concessões em têxteis, indústria siderúrgica e serviços (KUME *et al.*, 2004). Essa assimetria indica dificuldades nas negociações de livre-comércio Brasil-UE.

## **Negociações Brasil-União Europeia e a Crise na Zona do Euro**

As perspectivas atuais sobre a ALC e o aprofundamento da cooperação bilateral com o Brasil passam pelos desdobramentos da crise na Zona do Euro, que balança a economia do bloco desde 2008. Esperava-se que os Estados-membros a entrar para a União Monetária cumprissem critérios de convergência referentes ao controle da dívida pública, à vigilância do crescimento do déficit público, à estabilidade da taxa de câmbio de suas moedas nacionais, à baixa inflação e à taxa de juros.

Apressados pela conquista de uma moeda mais forte, o bloco fez vista grossa. Países como Itália, Grécia, Espanha e Portugal não correspondiam ao perfil exigido, mas adotaram o euro. A ausência de convergência em uma realidade onde os instrumentos monetários de intervenção macroeconômica são supranacionalizados e a autonomia fiscal persiste inviabiliza respostas

---

<sup>11</sup> A desvalorização da moeda brasileira e seus efeitos negativos sobre a economia argentina paralisaram o MERCOSUL (VELASCO, 2007).

mais eficientes aos impactos da crise global deflagrada com a quebra do Lehman Brothers (MORAVICSIK, 2012).

A derrocada da liquidez internacional em 2008 precipitou um contágio quase imediato entre os países do euro e os mercados da União Europeia que com eles mantêm um estreito relacionamento. A escolha europeia para sair da crise repousa em políticas fiscais altamente contractionistas, por instrumentos de financiamento, como o Mecanismo Europeu de Estabilidade, e por poucas estratégias de investimento social, o que gera grandes apreensão e oposição por parte da opinião pública europeia (MORAVICSIK, 2012).

As previsões para 2013 indicam alguns sinais modestos quanto à resolução da crise. Com um decréscimo de 0,4% no Produto Interno Bruto (PIB) da Zona do Euro em 2012, e de 0,3% na UE como um todo, estima-se que a taxa reverter-se-á para positiva em 2013, com a modesta marca de 0,1% para a zona do euro e 0,4% para a União. Com uma atual taxa de desemprego de 11,8% na região, os quadros piores repousam sobre a França, a Espanha e a Itália. Estima-se que um crescimento mais significativo será lentamente retomado a partir de 2014 (EUROSTAT, 2012).

Uma lenta e incerta resolução da crise traz vantagens e desvantagens para o Brasil. Em 2011 o Brasil chegou a ultrapassar o PIB britânico e a assumir a posição de 6º maior PIB mundi-

al. O peso da crise da zona do euro fez com que a economia brasileira ultrapassasse a francesa e a britânica em termos de paridade de poder de compra. Por outro lado, com o fraco crescimento de 2012 e a diminuição, ainda que bastante tímida, da recessão europeia, o posto torna-se a disputa mais acirrada (MDIC, 2013).

Ademais, os impactos da crise internacional testaram a estrutura macroeconômica brasileira, que se mostrou relativamente sólida. Nesse sentido, a mensagem levada foi de uma economia forte, o que aumentou o poder de barganha do Brasil nos fóruns econômicos. Apesar de não significar resultados concretos, o governo brasileiro é visto como um interlocutor cada vez mais importante pela UE no âmbito do G-20, por exemplo.

O ganho de imagem brasileiro poderia significar um trunfo para se avançar na formação de uma ALC com o MERCOSUL. No entanto, os países do bloco não possuem um discurso uníssono sobre a parceria com a UE. Em janeiro de 2013, com a Primeira Cúpula da Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos com a União Europeia, tentou-se avançar neste sentido.

No entanto, o desenvolvimento da ALC encontrou resistência entre ambas as partes. Do lado mercosulino, Cristina Kirchner declarou que as rodadas de negociação somente devem ser retomadas após as eleições no Paraguai, depois das quais o país deve retornar como membro do

MERCOSUL, e devem considerar os diferentes graus de desenvolvimento no interior do bloco (BBC Brasil, 2013). Do lado europeu, além da crise e da dificuldade de se negociar neste cenário, a quebra de medidas protecionistas como a PAC, desperta um interesse por outro bloco regional, a Aliança do Pacífico. Composta em 2012 por Chile, Colômbia, México e Peru, o novo arranjo de integração afasta-se do MERCOSUL pela sua defesa mais liberal das questões comerciais, o que vem angariando simpatizantes na Europa (BONIS, 2012).

As assimetrias entre as propostas de livre comércio da UE e do Cone Sul são causadas por duas principais dificuldades (MEDEIROS; LEITÃO, 2009). Por um lado, há um patente desequilíbrio setorial entre os mercados. Enquanto o MERCOSUL exporta basicamente produtos agrícolas para a União, cerca de 48% das exportações para a UE, o bloco recebe produtos europeus industrializados (manufaturado diz respeito àquilo que é feito manualmente). Por outro lado, a PAC considera a agricultura como uma atividade diferenciada e relacionada a questões sociais que são sensíveis para o bloco. Dessa forma, os europeus condicionam suas negociações a fatores externos, como a abertura dos mercados agrícolas da China ou dos EUA e a Rodada de Doha.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Outro fator externo que indiretamente contribuiu para o esfriamento das negociações entre 2004 e 2010 foi o insucesso das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Até então, a UE atuava com mais afinco para o fechamento do tratado no Cone Sul, temendo a rivalidade dos EUA com a ALCA. No dia 13 de fevereiro de

Em um contexto de crise, a resistência francesa para a reforma da PAC encontra mais eco e alguma mudança parece pouco provável.

Apesar de o Brasil, por exemplo, exportar cerca de 70 mil toneladas de carne bovina para a União Europeia, o país enfrenta uma quota de 5 mil toneladas e paga uma tarifa *ad valorem* extra de quase 200% para carne congelada desossada. O cenário pós-ALC não traria muitos ganhos reais para o Brasil, tendo em vista a quota ser estabelecida em 60 mil toneladas de carne bovina para todo o MERCOSUL, com concessões futuras vinculadas aos desenvolvimentos de Doha (KUME *et al*, 2004).

Para o ex-embaixador brasileiro na União Europeia, José Alfredo Graça Lima, a proposta da UE fornece ao Brasil ganhos muito menores do que os que poderiam ser alcançados em fóruns multilaterais. Kume *et al* (2004) constataram que a oferta europeia propiciaria um ganho quase irrisório para as exportações brasileiras, enquanto forneceria um grande incremento para as importações de manufaturados oriundos da União.

Apesar de a União Europeia ser, hoje, o maior parceiro comercial e a maior investidora no Brasil, a economia brasileira é somente o 9º maior parceiro e a 5ª maior área de investimen-

---

2013, o presidente Barack Obama anunciou a abertura das negociações para uma área de livre comércio. Novamente, os EUA ganham força como uma variável capaz de interferir no acordo com o MERCOSUL dependendo do andamento das discussões recém-lançadas, que pode levar à criação da maior área de livre comércio do mundo (BBC, 2013).

tos da União. Nesse quadro, mesmo com um superávit comercial de cerca de US\$ 7 bilhões, a dependência do Brasil é muito maior (MDIC, 2013). O distanciamento tende a se acirrar com a reforma do Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Europeia.

Criado em 1971, o SGP fornece um tratamento tarifário preferencial para colaborar com o desenvolvimento de países por meio do livre comércio. Os Estados-membros do MERCOSUL estão incluídos no SGP e, em 2011, promoveu-se a acumulação regional de origem. Indiretamente motivados pela crise no bloco e pela necessidade de angariar mais recursos fiscais, a União Europeia reviu o SGP de acordo com novas classificações do Banco Mundial. A partir de 2014, serão excluídos os classificados pelo Banco Mundial nos últimos três anos como renda médio-alta, o caso do Brasil. Apesar de, antes da reforma, o SGP cobrir apenas 11% do total de importações da UE oriundas de países em desenvolvimento, o impacto sobre as exportações brasileiras para o bloco, já em queda, deverá ser ainda mais sentido (MDIC, 2013). Desde 2008, as exportações brasileiras para o bloco caíram, em média, 1% ao ano (EUROSTAT, 2012).

Apesar de relativamente significativa, a baixa queda pode ser explicada pela pauta exportadora brasileira, composta por muitos produtos de primeira necessidade, e pela diversificação de mercados. A situação é relativamente menos incômoda, pois os maiores parceiros comerciais

bilaterais do Brasil, Alemanha e Países Baixos, não sofrem tão gravemente com a crise. Conta a favor, igualmente, o fato de o comércio brasileiro estar bastante diluído entre vários países do velho continente (MERRILL LYNCH, 2012).

Já os investimentos europeus diretos no Brasil tiveram uma queda mais significativa em 2012, em relação ao ano anterior. No 1ª semestre de 2012, o bloco europeu investiu 42% menos no país (EUROSTAT, 2012). Por um lado, 2011 representou o ano cujo maior montante da década foi investido. Atualmente, 9% dos investimentos europeus vêm para a economia brasileira, sendo essa o terceiro maior destino de investimentos da União, os quais vêm diminuindo mundialmente. Dessa forma, a diminuição de 42% é absolutamente ruim, mas não é relativamente incômoda, tendo em vista ter sido a marca de 2012 o 2º maior montante de investimentos no país em dez anos.

Por outro lado, a crise na Zona do Euro poderia supor uma maior remessa de recursos para as matrizes de empresas europeias instaladas no Brasil. Desde 1996, a participação europeia nos investimentos brasileiros representa, em média, 51,92% do total recebido pelo Brasil. Os maiores investidores atualmente são os Países Baixos (25,3%) e a Espanha (12,36%). O Brasil expõe-se seriamente aos empréstimos de bancos europeus, em especial os espanhóis, os quais possuem 7,3% do valor do PIB brasileiro em

dívidas. No entanto, todo esse quadro aparentemente negativo não se reverteu no crescimento das remessas de capitais para as matrizes europeias, e tão pouco em vendas ou em redução de aplicações de risco no Brasil. Na verdade, as remessas para as matrizes recuaram em 34%, fruto do maior reinvestimento das empresas europeias no Brasil e do momento desfavorável para retorno do dinheiro, com o real mais desvalorizado frente ao euro (FAGUNDES; SCIARRETTA, 2012).

## Considerações finais

Um olhar mais imediato em relação ao cenário para as relações Brasil-UE, tendo em vista a crise na Zona do Euro, poderia parecer desalentador. Sendo a União Europeia a maior investidora e o maior parceiro comercial atual do Brasil, a recessão de sua economia poderia romper com anos de superávits comerciais e de recebimento de recursos. No entanto, observa-se que a análise não é tão direta e fácil quanto parece.

O mercado europeu mantém-se como o principal destino das exportações nacionais, e um volume significativo de aportes tem sido direcionado a projetos no Brasil. Na opinião de Antônio Correa Lacerda, “o pouco que os europeus investem não vai ser na Europa. Onde será? A China tem investimentos demais. Só resta o Brasil.” (LACERDA *apud* FAGUNDES & SCIARRETTA, 2012). Apesar de parecer extre-

mamente simples tal argumento, no curto prazo, contudo, as relações Brasil-Europa demonstram-se relativamente estáveis.

No entanto, para que essa estabilidade continue do ponto de vista da conjuntura europeia e das relações Brasil-UE, cabe observar algumas questões. Caso fracasse a solução de Merkel para a crise, muito provavelmente o volume de remessa para as matrizes europeias aumentará e pode favorecer uma diminuição mais significativa das importações brasileiras. Devem, ainda, ser observados os resultados do impacto das mudanças no SGP; os desenvolvimentos da Rodada de Doha e a reforma da Política Agrícola Comum; as negociações sobre a área de livre comércio com o MERCOSUL.

Mesmo com a recente profusão de acordos de liberalização comercial no mundo diante do fracasso da Rodada de Doha,<sup>13</sup> o Brasil, desde 1991, somente firmou três tratados de livre-comércio sob o MERCOSUL, com Israel, Palestina e Egito, sendo que somente o primeiro está em vigor; e dois acordos preferenciais com Índia e África do Sul (O ESTADO DE S. PAULO, 2013). A opção da chancelaria brasileira é pela negociação multilateral, alegando ser essa a única possibilidade de revisão dos subsídios agrícolas que prejudicam as exportações do país.

---

<sup>13</sup> Até janeiro de 2013, 543 acordos comerciais bilaterais ou regionais foram firmados, sendo que cerca de 50% foram firmados nos últimos dez anos (O ESTADO DE S. PAULO, 2013).

Não menos importante é a necessidade premente de o Brasil desenvolver sua competitividade na indústria, a fim de chegar às negociações de liberalização agrícola com uma maior segurança para barganhar e realizar *trade off*. A economia brasileira cresceu somente cerca de 1% em 2012, e as exportações apresentaram uma tendência relativa de queda (MDIC, 2013). Nesse sentido, a crise da Zona do Euro e sua resolução é uma variável importante para as relações Brasil-UE, mas, no longo prazo, o comportamento econômico do governo brasileiro e as linhas gerais de atuação de sua chancelaria também podem ter um peso significativo.

## Referências

- BBC. Luz verde al área de libre comercio más grande del mundo. **BBC**, 13 de fevereiro de 2013. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/02/130213\\_us\\_eu\\_acuerdo\\_comercio\\_mj.shtml?s](http://www.bbc.co.uk/mundo/noticias/2013/02/130213_us_eu_acuerdo_comercio_mj.shtml?s)> Acesso em 13 fev. 2013.
- BBC BRASIL. No Chile, Cristina Kirchner esfria negociações entre Mercosul e UE. **BBC Brasil**, 26 de janeiro de 2013. Disponível em <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130126\\_kirchner\\_mercosul\\_ue\\_jf.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/01/130126_kirchner_mercosul_ue_jf.shtml)>. Acesso em 13 fev. 2013.
- BONIS, G. Criada à direita, Aliança do Pacífico rivaliza com esquerdista MERCOSUL. **Carta Capital**, 12 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/criada-a-direita-alianca-do-pacifico-rivaliza-com-o-esquerdista-mercosul>>. Acesso em 13 fev. 2013.
- CERVO, A. L. **Relações Internacionais da América Latina**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora UnB, 2008.
- DIZ, J. B. M.; LUQUINI, R. A. As relações exteriores do MERCOSUL: análise das negociações com a União Europeia. **Univ. Rel. Int.**, v. 9, n. 1, 2011, p. 103-130.
- EUROPEAN COMMISSION. **How does European Union Works**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais Europeias, 2007.
- EUROPEAN COMMISSION. **Economic Crisis in Europe: causes, consequences and responses**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais Europeias, 2009.
- EUROSTAT. GDP down by 0.1% in the euro area and up by 0.1% in the EU27. **Eurostat Newsrelease Euroindicators**, 22 de outubro de 2012. Disponível em <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_PUBLIC/2-15112012-AP/EN/2-15112012-AP-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/2-15112012-AP/EN/2-15112012-AP-EN.PDF)>. Acesso em 13 fev. 2013.
- FAGUNDES, A.; SCIARRETTA, T. Europeus investem 42% menos no Brasil. **Folha de São Paulo**, 15 de junho de 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/48849-europeus-investem-42-menos-no-brasil.shtml>>. Acesso em 13 fev. 2013.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2009.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GREVI, G. **Mapping EU Strategic Partnerships**. Madri: FRIDE, 2012.
- HOFFMAN, A. R. **The foreign policy behaviour of the European Union towards the Latin American Southern Cone States (1980-2000): has it become more cooperative? The cases of foreign direct investment and agricultural trade**. Tese de doutorado, Eberhard-Karls-Universität, Tubinga, 2003.
- HOFFMAN, A. R. Relações Políticas entre o Brasil e a União Europeia: a caminho de mais substância? In: HOFFMEISTER, W (Org.) **Anuário Brasil-Europa 2006**. Rio de Janeiro: KAS, 2006.
- KUME, H. *et al.* Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-União Europeia: uma estimativa dos impactos no comércio brasileiro. **XXXII Encontro Nacional de Economia**, Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), João Pessoa, 2004.
- MDIC. **Negociações MERCOSUL-União Europeia**. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exte-

rior. Disponível em:

<<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2635>>. Acesso em 13 fev. 2013.

MCALLISTER, R. **From EC to EU: an historical and political survey**. Londres: Routledge, 1997.

MEDEIROS, M.; LEITÃO, M. Bridge over trouble Waters: Brasil, MERCOSUL e União Europeia (1980 – 2008). In: MARTINS, E. C. R.; SARAIVA, M. G. **Brasil – União Europeia – América do Sul**. Rio de Janeiro: KAS, 2009.

MERRIL LYNCH. **Basiléia II Pilar 3 Reporte 2012**. São Paulo: Merrill Lynch, 2012.

MORAVCSIK, A. Europe After the Crisis: how to sustain a common currency. *Foreign Affairs*, v. 91, n. 9, 2012, pp. 54-68.

O ESTADO DE S. PAULO. Brasil fecha só 3 acordos de comércio em 20 anos. **O Estado de São Paulo**. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia+geral,brasil-fecha-so-3-acordos-de-comercio-em-20-anos,144084,0.htm>>. Acesso em 17 fev. 2013.

SARAIVA, M. G. As Relações Brasil-Europa de 1990 a 2004: entre o inter-regionalismo e o bilateralismo. In: OLIVEIRA, H. A.; LESSA, A. C. (Org.) **Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SARAIVA, M. G. O Brasil entre a União Europeia e a América do Sul entre continuidades e mudanças nos governos de Cardoso e Lula: limites para uma relação triangular. In: MARTINS, E. C. R.; SARAIVA, M. G. **Brasil – União Europeia – América do Sul**. Rio de Janeiro: KAS, 2009.

VELASCO, P. O Mercosul entre a Geografia e a História: desafios, iniciativas e perspectivas. *Revista Candelária*, nº 6, 2007, Rio de Janeiro, pp. 13-33.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, n. 2, Rio de Janeiro, 2007, p. 273-335.

VIZENTINI, P. O Brasil e o Mundo: a política externa e suas fases. *Ensaio FEE*, v. 20, n. 1, 1999, p. 134-154.

---

<sup>1</sup> Professora de Relações Internacionais no UNIBH. Mestre em Ciência Política pela Universidade de Masaryk, República Tcheca.

Recebido em 18 de fevereiro de 2013

Aprovado em 08 de março de 2013